

Resenha do livro “Como os Estados pensam: A racionalidade da política externa”

Book review “How States think: The rationality of foreign policy”

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.148634>

Daniel Rei Coronato
Universidade Federal do Rio Grande, Pelotas, Brasil
daniel_coronato@hotmail.com  

Resumo

A obra "Como os Estados Pensam: A Racionalidade da Política Externa", de John J. Mearsheimer e Sebastian Rosato, propõe uma defesa sistemática da hipótese da racionalidade estatal nas Relações Internacionais. Com base na ideia de que Estados operam a partir de teorias críveis e processos deliberativos, os autores respondem às críticas oriundas da psicologia política e do realismo neoclássico. Esta resenha apresenta os principais argumentos do livro, avalia sua contribuição ao campo realista e discute seus limites teóricos e epistemológicos, especialmente quanto à ausência de uma teoria do Estado, à rejeição de variáveis domésticas e à marginalização de racionalidades alternativas. O texto conclui que, apesar da clareza e coerência da exposição, a obra reafirma pressupostos clássicos sem avançar significativamente na compreensão contemporânea da política externa.

Palavras-chave: Racionalidade; Teoria das Relações Internacionais; Realismo.

Abstract

How States Think: The Rationality of Foreign Policy, by John J. Mearsheimer and Sebastian Rosato, presents a systematic defense of the rational state hypothesis in International Relations. Based on the premise that states act through credible theories and deliberative processes, the authors respond to criticisms from political psychology and neoclassical realism. This review outlines the book's main arguments, evaluates its contribution to realist theory, and discusses its theoretical and epistemological limitations—especially the absence of a state theory, the rejection of domestic-level variables, and the marginalization of alternative notions of rationality. It concludes that, despite its clarity and coherence, the book ultimately reaffirms classical realist assumptions without significantly advancing the contemporary understanding of foreign policy.

Keywords: Rationality; IR Theory; Realism.

Recebido: 05 Julho 2025
Aceito: 04 Agosto 2025

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhá-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

John J. Mearsheimer consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos expoentes do realismo ofensivo, frequentemente contrapondo-se às diretrizes da política externa dos Estados Unidos (EUA), especialmente após o fim da Guerra Fria. Sua projeção crítica se intensificou com a guerra na Ucrânia, diante da qual atribuiu responsabilidade ao expansionismo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e à postura provocadora do Ocidente. A racionalidade da política externa, tema recorrente em sua obra, retorna em foco no livro *Como os Estados Pensam*, escrito em coautoria com Sebastian Rosato, lançado nos EUA em 2023 e publicado no Brasil em 2024, pela Editora Unesp.

A obra se insere em uma trajetória de intervenções de Mearsheimer no debate público e acadêmico, em que frequentemente busca confrontar as premissas liberais da política externa norte-americana. Entretanto, livros como *The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy* (2007), *Why Leaders Lie* (2010) e *The Great Delusion* (2018) têm abordagem mais descritiva e menos densa do ponto de vista teórico, funcionando mais como ensaios argumentativos do que como marcos conceituais rigorosos. Em comparação, *Como os Estados Pensam* é uma obra mais sistemática e reflexiva, com esforço teórico mais consistente.

Sebastian Rosato, por sua vez, é professor na Universidade de Notre Dame e conhecido por seus trabalhos sobre equilíbrio de poder, aliança e política europeia. É autor de *Europe United: Power Politics and the Making of the European Community* (2011), obra que analisa a integração europeia sob uma ótica realista. Sua colaboração neste livro adiciona densidade metodológica, especialmente na articulação entre casos empíricos e a definição operacional de racionalidade.

O prefácio revela que o livro é resultado de mais de dois anos de trabalho colaborativo durante a pandemia, em longas sessões diárias por videoconferência. Essa origem já marca a obra com certo espírito de revisão crítica de fundamentos, algo raro em um campo cada vez mais segmentado e especializado.

A obra parte da constatação de que grande parte dos analistas tende a classificar como “irracional” decisões que não obtêm sucesso ou que contrariam padrões morais hegemônicos. A invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022, apresentada como exemplo, teria sido racional à luz de uma leitura estratégica baseada no equilíbrio de poder. Essa discussão inicial antecipa a tese central do livro: a maior parte das decisões estatais é racional, ou seja, produtos de processos deliberativos sustentados por “teorias críveis” sobre o funcionamento do sistema internacional.

O livro está dividido em nove capítulos. Os quatro primeiros desenvolvem uma definição própria de racionalidade estratégica e a contrastam com abordagens como a da psicologia política e da teoria da escolha racional. Para os autores, racionalidade não se confunde com sucesso ou moralidade, mas se expressa na formulação de estratégias a partir de teorias plausíveis e de deliberação institucional estruturada. O centro do livro analisa casos históricos (capítulos 5 a 7), e o final trata da racionalidade dos objetivos (capítulo 8), afirmando que a sobrevivência deve ser o interesse supremo de qualquer Estado racional.

A distinção proposta entre racionalidade estratégica (formulação deliberativa com base em teoria) e de objetivos (priorização da sobrevivência) é o eixo da argumentação. Estados são considerados racionais se formulam políticas com base em teorias sustentadas por evidência e lógica, após debate estruturado entre seus tomadores de decisão. Trata-se de uma defesa explícita do racionalismo como modelo explicativo, em contraste com abordagens baseadas em psicologia cognitiva ou heurísticas de decisão.

A clareza da linguagem e o estilo direto tornam o livro acessível a leitores não iniciados. É notável o esforço de ambos os autores em manter a fluidez da escrita mesmo ao lidar com conceitos abstratos. O equilíbrio entre capítulos teóricos e estudos de caso também favorece a leitura, e demonstra uma preocupação pedagógica. Essa abordagem torna a obra recomendável tanto para iniciantes quanto para pesquisadores interessados no debate sobre racionalidade nas Relações Internacionais.

Ainda assim, a obra apresenta limites importantes, que impactam significativamente no seu potencial explicativo. Inicialmente, a definição de “teoria crível” usada no livro é bastante restrita. Para ser considerada válida, uma teoria

deveria ter pressupostos realistas, consistência interna e respaldo histórico. Esse critério exclui grande parte da produção crítica, construtivista e liberal institucionalista, assumindo implicitamente um papel de guardião do que pode ser considerado científico na disciplina.

A maneira como os autores tratam o Estado também merece atenção. Mearsheimer e Rosato assumem o Estado como ator unitário e racional, sem problematizar suas dimensões internas, institucionais ou sociológicas. Não há uma teoria do Estado, apenas sua pressuposição como ator coeso e central, mencionando autores como Charles Tilly (1996) apenas de maneira instrumental. Essa escolha os distancia não apenas da teoria crítica, mas também de correntes contemporâneas em análise de política externa, que incorporam variáveis domésticas, ideacionais ou de agência. A crítica explícita ao realismo neoclássico, ignorando aportes como os de Gideon Rose (1998), reforça esse afastamento: os autores acusam essa vertente de comprometer a coerência teórica ao incluir fatores internos, como burocracias ou opinião pública, na explicação do comportamento externo dos Estados.

Com isso, os autores reafirmam um compromisso com a tradição realista, em detrimento de abordagens mais pluralistas. A racionalidade estatal é, para eles, uma função do uso de teorias para navegar a incerteza, não uma construção disputada por múltiplos atores ou narrativas. Essa posição os leva a confundir, por vezes, o conceito de racionalidade com o de análise de política externa, recusando o campo como referência e descartando a possibilidade de variabilidade entre racionalidades.

Um aspecto metodológico central que fragiliza a tese do livro diz respeito ao uso instrumental da história como suporte empírico para validar argumentos teóricos. Mearsheimer e Rosato selecionam episódios do passado com o objetivo de demonstrar a racionalidade de decisões estatais, mas evitam discutir a historicidade das interpretações que mobilizam. Como argumenta John Hobson (2002), esse procedimento incorre em dois vícios típicos do pensamento dominante em Relações Internacionais: o “cronofetichismo”, que trata eventos históricos como entidades autônomas e neutras, e o “tempocentrismo”, que projeta padrões políticos do presente sobre o passado como se fossem universais. Ao assumir uma linearidade causal entre teoria e história, os autores deixam de reconhecer que o passado é sempre interpretado, disputado e construído por lentes teóricas. A consequência é uma abordagem historicamente empobrecida, que reduz o tempo a uma sequência de lições úteis para a teoria.

Do ponto de vista teórico, a interlocução da obra parece limitada ao denominado espaço “Neo-Neo”, ou seja, o debate estabelecido entre o neorrealismo e o neoliberalismo institucional, correntes hegemônicas nas Relações Internacionais nos anos 1980. Apesar de suas divergências, ambas compartilham pressupostos epistemológicos semelhantes, como a centralidade do Estado, a ênfase na racionalidade dos atores e a análise do sistema internacional como uma estrutura objetiva.

Ao restringirem o diálogo a esse eixo paradigmático, os dois autores desconsideram contribuições relevantes oriundas de abordagens críticas, construtivistas e pós-estruturalistas, que problematizam justamente os fundamentos daquele debate. Essas perspectivas ampliaram o escopo analítico da disciplina ao questionar a noção de racionalidade como neutra, a ideia de unidade do Estado como ator e a suposta objetividade da estrutura internacional. Como advertiu Ole Wæver (1996), essa fixação no confronto entre paradigmas dominantes contribui para o empobrecimento teórico do campo, ao marginalizar abordagens que desafiam a ortodoxia vigente.

Em contraste com a profundidade analítica de *The Tragedy of Great Power Politics* (2001), esta obra soa como um recuo, reafirmando premissas já conhecidas sem oferecer o mesmo impulso interpretativo, transparecendo uma revisão geral daquilo que já estava posto pelo pensamento realista mais tradicional. Embora coerente e bem escrita, *Como os Estados Pensam* oferece poucos avanços teóricos em relação ao cânone. Os exemplos históricos são seletivos, e a separação entre racionalidade e sucesso, embora promissora, é fragilizada por escolhas analíticas voltadas a validar a tese. O leitor

ou leitora fecha o livro com a impressão de que os autores contornaram os aspectos mais desafiadores do tema em favor de apenas uma reafirmação dos pressupostos consagrados do pensamento realista.

Referências

HOBSON, John. What's at stake in 'bringing historical sociology back into international relations'? Transcending 'chronofetishism' and 'tempocentrism' in international relations. In: HOBDEN, Stephen; HOBSON, John (orgs.). **Historical Sociology of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 42–61.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. 1. ed. New York: W. W. Norton, 2001.

MEARSHEIMER, John J. **Why Leaders Lie: The Truth About Lying in International Politics**. New York: Oxford University Press, 2011.

MEARSHEIMER, John J. **The Great Delusion: Liberal Dreams and International Realities**. New Haven: Yale University Press, 2018.

MEARSHEIMER, John J.; ROSATO, Sebastian. **Como os Estados Pensam: A Racionalidade da Política Externa**. Tradução de Bruno Casotti. São Paulo: Editora Unesp, 2024.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. **The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.

ROSE, Gideon. Neoclassical realism and theories of foreign policy. **World Politics**, v. 51, n. 1, p. 144–172, 1998.

ROSATO, Sebastian. **Europe United: Power Politics and the Making of the European Community**. Ithaca: Cornell University Press, 2011.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus (990–1992)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

WÆVER, Ole. The rise and fall of the inter-paradigm debate. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (eds.). **International Theory: Positivism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 149–185.

Funções de colaboração exercidas	
Daniel Rei Coronato	Conceituação; Metodologia; Validação; Visualização; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);
Informações fornecidas pelo autor de acordo com a Taxonomia de Funções de Colaborador (CRediT)	